



*COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL*

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
ANO DE 2023**

**SESSÃO ORDINÁRIA  
ABRIL 2024**

A *Comissão Permanente de Saúde* foi constituída por deliberação da Assembleia Municipal na Sessão Ordinária de 29 de novembro de 2021, ao abrigo da alínea do n.º 1 do art.º 24.º do Regimento da Assembleia Municipal e alínea c) do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, tendo tomado posse em 15 de dezembro do mesmo ano.

Entre janeiro e dezembro de 2023, esta comissão realizou 4 reuniões e 2 audiências das quais se dá a devida nota no presente relatório.

- 24 de fevereiro

Nessa data a comissão solidarizou-se com a posição do Executivo da Câmara Municipal que repudiou publicamente a posição dos Municípios de Caldas da Rainha e Óbidos relativamente à localização do novo hospital, descredibilizando o estudo encomendado pela OesteCIM.

Nesta sequência foi consensualizado um texto de Moção, proposto pelo Presidente da Assembleia Municipal, reivindicando o anúncio atempado uma decisão definitiva por parte da Tutela relativamente à localização e tipologia do novo Hospital do Oeste.

Esta Moção que foi aprovada por unanimidade na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro e remetida à Assembleia da República; Governo e Centro Hospitalar do Oeste.

Sendo o Presidente da Comissão de Saúde, Rui Prudêncio também o presidente da Assembleia Intermunicipal da OesteCIM, os presentes foram informados que o grupo de trabalho indicado pelo Ministério da Saúde está a proceder à sua análise com os trabalhos a decorrer normalmente e sem influências externas.

- 30 de março

O presidente da comissão informou que o grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Saúde estava prestes a terminar o seu relatório sobre o Novo Hospital do Oeste e que estava por dias a sua entrega ao Ministro da Saúde.

Relativamente ao encerramento da urgência pediátrica do Hospital de Torres Vedras no período da noite e fins-de-semana, a comissão foi informada que se tratava de uma decisão provisória, sujeita a revisão no prazo de 3 meses, que teve como fundamento a dificuldade completar as escalas noturnas, com duração de 12h cada. Mais foi dito que as crianças que se apresentavam nas urgências durante estes períodos seriam avaliadas por um médico de clínica geral que, conforme os casos, decidiria sobre a necessidade de encaminhamento da criança para outra unidade hospitalar.

Apesar da preocupação dos seus membros com a situação dos cuidados hospitalares no concelho, muito agravada pela falta de médicos de família e consequente dificuldade na obtenção de respostas ao nível dos cuidados primários de saúde, foi acordado que

a comissão de saúde e as forças políticas nela representadas aguardariam pela comunicação do Ministro da Saúde retrativamente à localização do Novo Hospital antes de tomar uma posição pública sobre o assunto.

Como forma de mitigar estas dificuldades foram internamente analisadas algumas sugestões como a concentração de médicos de família num centro de saúde aberto 24h (SAP), com serviços de transporte das freguesias ou das Associações de Socorro do Concelho, a realização de um estudo para quantificar o investimento municipal necessário para contratar 2 médicos para cada freguesia do interior do concelho ou ainda a criação de um programa municipal de incentivo à fixação de médicos. As várias sugestões foram discutidas, mas não foi obtido consenso entre os presentes.

Por último, a comissão manifestou interesse em organizar uma Assembleia Municipal Temática sobre a Saúde com convidados da rede pública de cuidados de saúde e representantes dos privados.

- 10 de maio

No início desta reunião foi internamente esclarecida a questão da participação dos membros efetivos e suplentes de cada uma das forças políticas nas reuniões da comissão.

Foi também distribuído e analisado um quadro síntese com as vagas abertas para Medicina Geral e Familiar e para a Área Hospitalar. Nesta sequência a comissão criticou o excesso de poder detido pela Ordem dos Médicos no que diz respeito à abertura de vagas para o curso de medicina assim como na definição das entidades com idoneidade formativa.

Passados praticamente dois meses relativamente à data prevista para o anúncio da posição do Ministério da Saúde relativamente à localização do novo Hospital do Oeste, o atraso foi também bastante criticado por muitos dos presentes na reunião que consideraram que o Ministério da Saúde não deveria ter aceite o estudo particular entregue pelas Câmaras Municipais de Caldas da Rainha e Óbidos.

Relativamente à organização de uma Assembleia Municipal Temática sobre a Saúde, chegaram a ser apontadas as datas de setembro e outubro, mas esta iniciativa acabou por não se concretizar devido às alterações legislativas na organização do Serviço Nacional de Saúde que surgiram posteriormente.

- 6 de julho

Desta data era conhecida a decisão do Ministro da Saúde de que o novo hospital do Oeste se construído no Bombarral, no local que havia sido apontado no estudo da CIM.

A comissão analisou o relatório do grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Saúde e foi com satisfação que verificou que a pretensão da construção de um hospital de fim de linha, com 90% da totalidade das especialidades existente ao nível dos cuidados hospitalares.

Relativamente à posição do Presidente da Câmara Municipal Caldas da Rainha, foi dado a saber que não concorda, mas que aceitaria a decisão que é uma competência do Ministro da Saúde.

A comissão foi ainda informada que das 22 vagas abertas para médicos de Família no ACES Oeste Sul, 5 foram vagas para território carenciado, isto é, têm um acréscimo no vencimento e outros privilégios para os profissionais nelas colocados.

Após reunião com o Diretor Executivo do ACES Oeste Sul, o presidente da comissão deu nota de que lhe foi transmitido que nas extensões do centro de saúde onde não há médico, existem enfermeiros que podem dar resposta a algumas questões, nomeadamente receitário, solicitando-o internamente a um médico do centro de saúde que rapidamente trataria do assunto.

Ainda sem saber como seriam operacionalizadas as alterações que ocorreram no início de 2024, no que respeita à organização do SNS, nesta data a comissão abordou a questão da perspectiva de extinção das Administrações regionais de Saúde (ARS) e criação de várias Unidades Locais de Saúde (ULS), temendo a falta de interlocutores durante o período de transição que não se conseguia antecipar.

Ainda nesta reunião, a Presidente da Associação de Farmácias de Portugal e membro desta comissão, Manuela Pacheco, informou que as farmácias iriam integrar o plano nacional de vacinação e que estava em análise a possibilidade de integrarem também um plano de renovação de receitário. Foi ainda sugerido o estudo de soluções que viabilizem a aplicação de teste de despiste de infeções virais ao nível das farmácias, encaminhando para os cuidados hospitalares somente as infeções que revelassem uma origem bacteriana.

- Audiências

No que respeita a audiências a peticionários, foram realizadas 2, em 11 de setembro e em 21 de dezembro.

Para um melhor enquadramento importa dar nota de que em setembro de 2024 a Assembleia Municipal rececionou 2 petições coletivas.

Tanto a petição “Manutenção do posto médico de Campelos” como a petição “*Não ao encerramento do posto clínico/extensão de saúde - Indignados e Resistentes*” reclamavam a manutenção de polos de Unidades de Cuidados de Saúde Primários (UCSP) de Campelos e Maxial respetivamente. Os peticionários apelavam ao não

encerramento daqueles polos na sequência da criação da nova Unidade de Saúde Familiar (USF) do Ramalhal.

Na sequência da solicitação dos peticionários do Maxial ao presidente da comissão, em 11 de setembro, foram recebidos em audiência os membros da comissão de acompanhamento da petição.

Em 27 de setembro as 2 petições foram agendadas para apreciação da Assembleia Municipal, tendo sido acompanhadas de um relatório/parecer desta comissão que foi disponibilizado a todos os membros deste órgão autárquico e que está disponível no site da Assembleia Municipal para consulta.

Já dezembro voltou a ser solicitar uma audiência sobre a matéria, desta vez com o presidente da Assembleia Municipal, tendo os membros da Comissão de Acompanhamento da Petição do Maxial sido recebidos pelo presidente da Assembleia e pelos membros da comissão de saúde no dia 21 desse mesmo mês.

Durante a audiência foi dito haver conhecimento de que a direção executiva do SNS deu orientações às médicas que estavam a tratar da proposta de constituição da USF do Ramalhal para integrarem as extensões de Campelos e Maxial, mas a informação transmitida aos utentes continuava a ser a de que o polo iria encerrar ou funcionaria apenas com serviços de enfermagem.

O presidente da Assembleia Municipal e os membros da comissão de saúde manifestaram a sua preocupação com esta questão e foram unânimes em considerar que a saúde de proximidade é extremamente importante para o bem-estar das populações, principalmente para os idosos sem possibilidade e autonomia para deslocações.

O ano de 2024 trouxe consigo muitas alterações às quais a comissão de Saúde está atenta e aguarda resultados relativamente aos quais dos quais possa dar a nota num futuro relatório.

Torres Vedras, 27 de março de 2024

A Comissão Permanente de Saúde

Rui Prudêncio  
Manuela Pacheco  
Susana Neves  
Luis Carlos Lopes  
Jorge Santos  
Francisco Corvelo  
Pedro Castelo  
Carlos Filipe

COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE